



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS**  
**NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES - NEPMV**

**RELATÓRIO SETORIAL PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DA  
MENSAGEM DE GOVERNO**

**ÓRGÃO:** Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes

**RESPONSÁVEL:** Armindo Felipe Zagalo Neto

**EMAIL:** felipezagalo@municipiosverdes.com.br

**FONE:** 3110-2574

**Belém - Pará**  
**Dezembro 2015**

## 1. Programa Municípios Verdes - Informações Gerais

O Programa Municípios Verdes (PMV) é um programa do Governo do Pará, lançado em 2011 e desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), o Ministério Público Estadual (MPE), o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os municípios, a sociedade civil e a iniciativa privada, com o objetivo de combater o desmatamento e fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental e fundiário, com foco em pactos locais contra o desmatamento, implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estruturação da gestão ambiental municipal.

O PMV possui algumas metas principais, dentre elas contribuir para a redução do desmatamento no Pará até atingir o desmatamento líquido zero<sup>1</sup> a partir de 2020; aumentar o número de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR); engajar, pelo menos, cem municípios ao Programa; e apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Por meio das ações do PMV e da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), o Estado do Pará se tornou referência na Região Amazônica com ações contribuíram efetivamente para a diminuição do desmatamento.

Desde o lançamento do Programa Municípios Verdes, o Pará reduziu em 37,5% o desmatamento (de 3.008 km<sup>2</sup> para 1.881km<sup>2</sup>), enquanto que a Amazônia registrou alta de 16% (de 5.012 km<sup>2</sup> para 5.831 km<sup>2</sup>). Segundo os dados divulgados em novembro de 2015 pelo Ministério do Meio Ambiente, o desmatamento no Pará foi controlado, com uma pequena redução de 6 km<sup>2</sup> nas áreas desflorestadas. Ao longo dos últimos anos, o Estado tem diminuído sua participação no total do desmatamento da região.

Entre as medidas adotadas pelo Governo do Pará nos últimos anos está o ICMS Verde, criado a partir de regras inovadoras que beneficiam os municípios que estão reduzindo o desmatamento e que possuem maior percentual de CAR e de áreas protegidas, destinando parte do imposto estadual segundo critérios ambientais. Em 2014, o governo repassou aproximadamente R\$ 38 milhões aos municípios, a título de ICMS Verde. Em 2017 serão 8% do total do repasse o ICMS, o que totalizará cerca de R\$ 140 milhões.

Nos últimos anos, outras medidas foram lançadas pelo Governo do Estado com o intuito de avançar no combate ao desmatamento e também de estimular o ordenamento ambiental rural e a produção sustentável, como a Lista do Desmatamento Ilegal (LDI), uma lista atualizada regularmente das áreas desmatadas ilegalmente no Estado, que possui áreas irregulares identificadas por imagens de satélite e já embargadas. A LDI é um mecanismo de consulta para os órgãos públicos ligados à regularização fundiária, bancos e também empresas privadas para evitar a comercialização de produtos de áreas embargadas, o que é proibido pela legislação ambiental brasileira. Além disso, o Estado também foi um dos articuladores para a criação do Protocolo Verde dos Grãos e da Segunda fase do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento.

O Pará tem avançado na inserção dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), sobretudo em áreas de posse dos pequenos produtores e também agricultores familiares que possuem propriedades com áreas de até 4 módulos fiscais. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Programa Pará Rural, as Prefeituras e diversas outras instituições têm somado esforços para promover o cadastro junto aos pequenos produtores. Como

resultado deste esforço conjunto, cerca de 150 mil imóveis rurais já foram cadastrados, o que representa aproximadamente 39 milhões de hectares e 68% da área cadastrável de todo o Estado.

Com o avanço do debate sobre sustentabilidade, é cada vez maior a força no cenário mundial da necessidade de criação de mecanismos que gerem receitas aos Estados que conseguem, através de políticas públicas, ampliar as ações de proteção das florestas e diminuição das taxas de desmatamento, que interferem nas mudanças climáticas. O Pará está inserido neste movimento global e tem buscado investimentos através dos fundos nacionais e internacionais, para que possa desenvolver projetos, pesquisas e atividades que contribuam para a redução do desmatamento, mas ainda assim possibilitem a geração de receita e renda para as populações locais, avançando na inclusão social.

Nos últimos anos, o Estado tem se esforçado e conseguido êxito na construção de um ambiente de negócios mais seguro e com sustentabilidade ambiental, econômica e social. Para isso, tem articulado ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento local sustentável.

Um dos projetos em favor do Estado foi aprovado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Fundo Amazônia, no valor de R\$ 82,4 milhões - até então o maior já aprovado pelo banco, que visa apoiar o combate ao desmatamento e a degradação florestal no Pará, por meio da consolidação do Cadastro Ambiental Rural e do fortalecimento da gestão ambiental municipal. O projeto, já em execução pelo Programa Municípios Verdes, tem previsão 30 meses e a missão de promover o engajamento de cem municípios paraenses, bem como estruturar o sistema de gestão ambiental descentralizado e integrado, e também criar bases locais do Estado em municípios estratégicos com o intuito de fomentar ambientes de negócios que favoreçam o desenvolvimento sustentável no Pará.

O Governo do Estado, por meio do PMV, também articulou a entrada do Banco do Estado do Pará (Banpará) no FIP Amazônia, o primeiro fundo de *venture capital* da Amazônia, em parceria com o BNDES, direcionado a investir R\$ 100 milhões em negócios e empreendimentos que investem em economia verde e que contribuam para o desenvolvimento sustentável na região da Amazônia Legal.

O Pará é um dos membros fundadores da Força-Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas (GCF), criado em 2008, para traçar estratégias comuns para a manutenção do clima e florestas do mundo. Composto por 27 estados e províncias no Brasil, Indonésia, México, Nigéria, Peru, Espanha e Estados Unidos se comprometem com a redução do desmatamento tropical, a proteção do sistema climático global, a melhoria dos meios de vida rurais e a redução da pobreza.

O Programa Municípios Verdes tem firmado parcerias importantes desde sua criação, inspirando estados vizinhos a seguir o mesmo exemplo que o Pará - como o Mato Grosso ao criar o Programa Municípios Sustentáveis -, e se destacado nacional e internacionalmente. Em 2014, foi um dos temas debatidos durante a conferência da ONU sobre mudanças climáticas em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Em 2012, o Estado apresentou a experiência do PMV durante a Rio+20, através da exposição no pavilhão Amazônia Legal, onde foi anunciado o compromisso com o Desmatamento Líquido Zero até 2020.



Núcleo Executor do  
Programa  
Municípios Verdes

Secretaria de  
Meio Ambiente e  
Sustentabilidade



## 2. Programa Municípios Verdes - Planilha de realizações 2015

DESCRIÇÃO DA REALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	RECURSOS APLICADOS	PARCERIAS	IMPACTOS NA SOCIEDADE
1 Aquisição de equipamentos (camionete, GPS de navegação e notebook) para estruturação da gestão ambiental de 34 municípios a fim de combater o desmatamento no Pará	Nas regiões de integração: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Lago do Tucuruí, Marajó, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu	Foram aplicados R\$ 4.671.694,00 de recursos do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não-Reembolsável n. 13.2.1297.1, celebrado entre BNDES e Estado do Pará.	Parcerias com o BNDES, que é o financiador do projeto, e com 34 municípios paraenses, por meio do órgão municipal de meio ambiente, que são os beneficiários e farão a utilização dos equipamentos para verificação do desmatamento em campo.	O objetivo é aparelhar o órgão municipal de meio ambiente de cada localidade para que tenha melhores condições de prevenir e combater o desmatamento. As ações também visam contribuir com desenvolvimento das atividades de fiscalização e monitoramento ambiental. A partir da atuação mais eficaz será possível o cumprimento da meta do desmatamento líquido zero, estabelecida para 2020.



Núcleo Executor do  
Programa  
Municípios Verdes

Secretaria de  
Meio Ambiente e  
Sustentabilidade



DESCRÇÃO DA REALIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	RECURSOS APLICADOS	PARCERIAS	IMPACTOS NA SOCIEDADE
2 Instalação de Bases Locais do Projeto a fim de realizar o monitoramento ambiental, com prioridade no desmatamento, conservação da biodiversidade, na eficiência da gestão ambiental municipal e monitoramento de projetos, objetivando o fortalecimento do Município na temática ambiental voltada para o Cadastramento Ambiental Rural através do Projeto Municípios Verdes/Fundo Amazônia e os Pactos Locais de Combate ao Desmatamento.	Serão 8 Bases Locais que abrangem 44 municípios beneficiados, a saber: Almeirim, Porto de Moz, Gurupá, Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfirio, Uruará, Vitória do Xingu, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Paragominas, Rondon do Pará, Ulianópolis, Itaituba, Jacareacanga Placas, Novo progresso, Rurópolis, Trairão, Itupiranga, Bom Jesus do Tocantins, Marabá, Novo Repartimento, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia Redenção, São Félix do Xingu Cumarú do Norte, Aveiro, Belterra, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Prainha, Mojuí dos Campos, Santarém, Goianésia do Pará, Igarapé-miri, Jacundá, Moju e Tailândia	O serviço foi contratado por R\$ 2.800,00 de recursos do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não-Reembolsável n. 13.2.1297.1, celebrado entre BNDES e Estado do Pará. Obs.: os valores ainda não foram pagos, pois está no início dos serviços e o pagamento será parcelado.	Parcerias com o BNDES, que é o financiador do projeto, e com 44 municípios paraenses, por meio do órgão municipal de meio ambiente.	Este serviço faz parte da estratégia do PMV para fortalecer e apoiar o alcance das metas dos Pactos Locais para combate do desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável, por meio do engajamento da governança local, especialmente prefeituras e sociedade civil. Esses Pactos, de caráter voluntário, são celebrados entre gestores locais e representantes da sociedade civil, representando um conjunto de compromissos para que o município alcance as metas do Programa, sobretudo aquelas relacionadas à redução do desmatamento e a estruturação e fortalecimento da gestão ambiental municipal. Este ano foram assinados Pactos Locais nos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Mojuí dos Campos e Trairão.